

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAZONAS – CONEC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
I ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL
DE CULTURA DO AMAZONAS - PEC

Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura

Elaboração:
Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo CONEC:
Sérgio Ricardo Mota Cruz
Symone Juliana Ribeiro Farias
Jennyfer Balbi e Silva

Colaboração:
Vanuza da Silva Santos – Elaboração e Registro de Ata
Mirelly Chunia Marques - Estagiária
Luan Yano Figueiró Barbosa - Estagiário

Manaus – Amazonas
2024

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA I ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAZONAS – PEC 2025–2035

Este relatório apresenta os resultados da primeira etapa dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Estudos instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC para elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC.

O documento registra a metodologia adotada, as atividades realizadas, os principais temas debatidos, os resultados alcançados e as contribuições oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura.

O Plano Estadual de Cultura constitui instrumento estratégico de planejamento de longo prazo destinado a orientar as políticas públicas de cultura do Estado do Amazonas para o período de 2025 a 2035.

Wilson Miranda Lima
Governador do Estado do Amazonas

Tadeu de Souza Silva
Vice-Governador

Flávio Cordeiro Antony Filho
Chefe da Casa Civil

Marcos Apolo Muniz de Araújo
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Candido Jeremias Cumarú Neto
Luiz Carlos de Matos Bonates
Secretários Executivos

Jennifer Ribeiro
Chefe de Gabinete

Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC

Marcos Apolo Muniz de Araújo
Presidente do CONEC

Luiz Carlos de Matos Bonates
Vice-Presidente do CONEC

Pedro Henrique Secatti Cacheado
Secretário Geral

Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura

Membros:

- Pedro Henrique Secatti Cacheado** - Audiovisual
Álvaro Serrão Monteiro - Literatura
Dudson Campos Carvalho - Artes Visuais e Novas Mídias
Elson Silva da Rocha - Folclore e Carnaval
Jordania Damasceno Galdino - Teatro
Lucimar Bezerra Marques - Cultura Popular de Matriz Ibérica
Ludimar Nunes Gonçalves - Cultura Indígena
Marcos André Durand Pereira - Dança
Mencius Benavrahan Melo Figueiredo Música
Vanderley Pinheiro Circo
Wellisson Brito Batista - Cultura Afrodescendente
Bjarne Lima Furtado - SEDUC
Cristina Helena Maia de Oliveira - SEFAZ
Emmanuelle Pampolha - AMAZONASTUR
Érica dos S. Nascimento Cintra - SUFRAMA
Maick José Soares Tavares – FESCAM
Priscila Sena de Souza - AFEAM
Roberto Sá Gomes - ALEAM
Rosy Cleia da Silva Seixas - SEJUSC
Wellington Douglas dos S. Dias - UEA



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Mensagem da Comissão Especial de Estudos

A construção do Plano Estadual de Cultura do Amazonas representa um compromisso coletivo com o futuro da cultura amazonense.

Ao longo desta primeira etapa, a Comissão Especial de Estudos teve a oportunidade de dialogar com as contribuições oriundas dos municípios, da Conferência Estadual de Cultura e das deliberações nacionais, transformando demandas, sonhos e desafios em bases concretas para o planejamento cultural da próxima década.

Este relatório registra não apenas um conjunto de atividades técnicas realizadas, mas também o esforço conjunto de conselheiros, gestores, artistas, produtores culturais, mestres da cultura, povos indígenas, comunidades tradicionais e cidadãos que acreditam na cultura como instrumento de desenvolvimento humano, inclusão social e fortalecimento da identidade amazonense.

A todos que contribuíram para este processo, registramos nosso reconhecimento e agradecimento.

Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura, Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC.

1. APRESENTAÇÃO

O Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC apresenta à sociedade amazonense o Relatório de Atividades da I Etapa de Elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, documento que registra os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Estudos responsável pela construção do principal instrumento de planejamento das políticas públicas de cultura do Estado para a próxima década.

A elaboração do Plano Estadual de Cultura representa um marco para o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura e para a consolidação da cultura como direito fundamental da população amazonense. Mais do que um instrumento de gestão, o Plano constitui um compromisso coletivo com a valorização da diversidade cultural, a preservação da memória e do patrimônio, a democratização do acesso à cultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios culturais do Amazonas.

A I Etapa dos trabalhos foi dedicada à análise, sistematização e consolidação das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das deliberações aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura. Por meio de um processo participativo e democrático, a Comissão Especial realizou treze reuniões técnicas que permitiram organizar, qualificar e compatibilizar as contribuições apresentadas pela sociedade civil, agentes culturais, gestores públicos e representantes dos diversos segmentos culturais do Estado.

Os debates realizados evidenciaram a riqueza cultural do Amazonas, a pluralidade de suas manifestações artísticas e culturais, bem como os desafios e oportunidades que se apresentam para a construção de políticas públicas capazes de atender às especificidades dos diferentes territórios, povos e comunidades que compõem o Estado.

Este relatório tem por finalidade dar transparência aos trabalhos desenvolvidos, registrar os principais resultados alcançados e compartilhar com a sociedade amazonense os avanços obtidos durante a primeira fase de elaboração do Plano Estadual de Cultura. Trata-se de um documento que reafirma o compromisso do Conselho Estadual de Cultura com a participação social, a gestão democrática e a construção coletiva das políticas culturais.

Ao tornar público o resultado desta etapa, o CONEC reafirma sua convicção de que o fortalecimento da cultura depende do diálogo permanente entre poder público e sociedade civil, do reconhecimento da diversidade cultural amazonense e do compromisso conjunto com a promoção dos direitos culturais de todos os cidadãos.

Que este relatório sirva não apenas como registro dos trabalhos realizados, mas também como testemunho do esforço coletivo empreendido na construção de um Plano Estadual de Cultura capaz de orientar, inspirar e fortalecer as políticas culturais do Amazonas nos próximos dez anos.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas

ALEAM – Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

AMAZONASTUR – Empresa Estadual de Turismo do Amazonas

CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

CONEC – Conselho Estadual de Cultura do Amazonas

COPHAM – Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas

FEC – Fundo Estadual de Cultura

FESCAM – Fórum Estadual dos Secretários e Coordenadores de Cultura do Amazonas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MinC – Ministério da Cultura

PEC – Plano Estadual de Cultura

PNC – Plano Nacional de Cultura

SEC – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

SEJUSC – Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SNIIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

GLOSSÁRIO

Agente Cultural - Pessoa física, coletivo, grupo, instituição ou organização que atua na criação, produção, difusão, preservação, gestão ou promoção de atividades culturais.

Conferência de Cultura - Instância de participação social destinada à discussão, avaliação e formulação de propostas para as políticas públicas de cultura.

Conselho de Cultura - Órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo ou fiscalizador, responsável por promover a participação social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Cultura Digital - Conjunto de práticas culturais desenvolvidas por meio das tecnologias da informação e comunicação, abrangendo produção audiovisual, plataformas digitais, redes colaborativas e novas linguagens artísticas.

Diversidade Cultural - Reconhecimento, valorização e proteção das diferentes formas de expressão cultural existentes na sociedade.

Economia Criativa - Conjunto de atividades econômicas baseadas na criatividade, no conhecimento, na inovação e na produção cultural como fatores de geração de trabalho, renda e desenvolvimento.

Eixos Estruturantes - Temas centrais que orientam a organização, análise e formulação das diretrizes do Plano Estadual de Cultura.

Fundo Estadual de Cultura – FEC - Instrumento de financiamento destinado ao apoio, incentivo e fomento de programas, projetos e ações culturais no Estado do Amazonas.

Governança Cultural - Conjunto de mecanismos, processos e instâncias de participação e gestão compartilhada das políticas públicas de cultura.

Patrimônio Cultural - Conjunto de bens materiais e imateriais que expressam a identidade, a memória e a história de um povo ou comunidade.

Patrimônio Cultural Imaterial - Práticas, saberes, celebrações, formas de expressão e conhecimentos transmitidos entre gerações e reconhecidos como referências culturais.

Plano Estadual de Cultura – PEC - Instrumento de planejamento de longo prazo que estabelece diretrizes, objetivos, estratégias e metas para o desenvolvimento da política cultural do Estado.

Política Cultural - Conjunto de ações, programas, estratégias e instrumentos desenvolvidos pelo poder público para garantir os direitos culturais da população.

Sistema Nacional de Cultura – SNC - Modelo de gestão compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para implementação das políticas públicas de cultura.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Território Cultural - Espaço geográfico e simbólico onde se desenvolvem práticas, manifestações, tradições e identidades culturais específicas.

Trabalhador da Cultura - Profissional que atua direta ou indiretamente na cadeia produtiva da cultura, abrangendo artistas, produtores, técnicos, gestores, pesquisadores e demais agentes culturais.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA

MENSAGEM DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

GLOSSÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

1. INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

2. OBJETIVOS DA I ETAPA

3. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

3.1 Início dos Trabalhos

3.2 Estrutura Metodológica

3.3 Organização Temática

4. CRONOLOGIA DAS REUNIÕES DA I ETAPA

4.1 Primeira Reunião da Comissão Especial – Organização Metodológica

4.2 Segunda Reunião da Comissão Especial – Consolidação do Eixo 1

4.3 Terceira Reunião da Comissão Especial – Consolidação das Propostas Municipais

4.4 Quarta Reunião da Comissão Especial – Diversidade Cultural, Inclusão e Acessibilidade

4.5 Quinta Reunião da Comissão Especial – Consolidação do Eixo 1

4.6 Sexta Reunião da Comissão Especial – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

4.7 Sétima Reunião da Comissão Especial – Diversidade Cultural, Representatividade e Inclusão

4.8 Oitava Reunião da Comissão Especial – Economia Criativa, Formação e Sustentabilidade Cultural

4.9 Nona Reunião da Comissão Especial – Direito às Artes e Linguagens Digitais

4.10 Décima Reunião da Comissão Especial – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social

4.11 Décima Primeira Reunião da Comissão Especial – Consolidação do Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais

4.12 Décima Segunda Reunião da Comissão Especial – Identidade, Patrimônio e Memória

4.13 Décima Terceira Reunião da Comissão Especial – Consolidação do Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória

5. PRINCIPAIS TEMAS DEBATIDOS NA I ETAPA

5.1 Institucionalização dos Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

5.2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social

5.3 Identidade, Patrimônio e Memória

5.4 Diversidade Cultural, Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade

5.5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

5.6 Direito às Artes e Linguagens Digitais

6. RESULTADOS ALCANÇADOS

6.1 Consolidação Metodológica

6.2 Sistematização das Propostas Municipais

6.3 Compatibilização com o Plano Nacional de Cultura



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

6.4 Estruturação Técnica do Plano Estadual de Cultura

6.5 Preparação das Etapas Subsequentes

7. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

7.1 O Papel das Conferências de Cultura

7.2 Participação da Sociedade Civil

7.3 Atuação do Conselho Estadual de Cultura

7.4 Construção Democrática do Plano Estadual de Cultura

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

9. CONCLUSÃO

ANEXOS

Anexo I – Portaria CONEC nº 01/2024

Anexo II – Cronograma da I Etapa

Anexo III – Relação das Reuniões Realizadas

Anexo IV – Relação dos Municípios Analisados

Anexo V – Acervo Documental da I Etapa

Anexo VI – Composição da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura

INTRODUÇÃO

A cultura constitui um direito fundamental e um elemento estratégico para o desenvolvimento humano, social, econômico e sustentável dos territórios. No Amazonas, estado marcado pela diversidade de povos, saberes, identidades, manifestações artísticas e expressões culturais, o planejamento das políticas públicas de cultura exige processos participativos capazes de refletir a pluralidade e a riqueza cultural existente em suas diferentes regiões.

Nesse contexto, o Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC assumiu a responsabilidade de conduzir a elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, instrumento de planejamento de longo prazo destinado a orientar as políticas públicas culturais do Estado pelos próximos dez anos. O Plano Estadual de Cultura representa um compromisso institucional com a continuidade das políticas culturais, a valorização do patrimônio cultural, o fortalecimento da participação social e a promoção dos direitos culturais da população amazonense.

Com o objetivo de assegurar um processo democrático, transparente e tecnicamente qualificado, foi instituída a Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura, responsável pela coordenação dos trabalhos de análise, sistematização e consolidação das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da III Conferência Estadual de Cultura do Amazonas e das deliberações aprovadas na IV Conferência Nacional de Cultura.

A I Etapa dos trabalhos, realizada entre agosto e setembro de 2024, constituiu a fase inicial de organização metodológica e consolidação técnica do Plano Estadual de Cultura. Durante esse período, a Comissão Especial promoveu treze reuniões de trabalho, nas quais foram analisadas centenas de propostas apresentadas por representantes do poder público, agentes culturais, artistas, produtores, comunidades tradicionais, povos indígenas e demais segmentos da sociedade civil que participaram dos processos conferenciais realizados em todo o Estado.

Os debates desenvolvidos ao longo dessa etapa permitiram identificar demandas históricas do setor cultural, reconhecer desafios estruturais enfrentados pelos municípios amazonenses e construir consensos em torno de temas estratégicos para o fortalecimento da

política cultural estadual. Entre os assuntos discutidos destacam-se a institucionalização do Sistema Estadual de Cultura, a democratização do acesso aos bens e serviços culturais, a valorização do patrimônio e da memória, a promoção da diversidade cultural, o fortalecimento da economia criativa e a ampliação dos direitos relacionados às artes e às linguagens digitais.

Mais do que consolidar propostas, a I Etapa representou um importante exercício de diálogo, cooperação e construção coletiva, reafirmando o papel da participação social como fundamento das políticas públicas de cultura. O processo desenvolvido pela Comissão Especial buscou assegurar que as contribuições apresentadas pelos municípios e pelos diversos segmentos culturais fossem consideradas de forma técnica, transparente e alinhada às diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

O presente relatório tem por finalidade registrar as atividades realizadas, apresentar os principais temas debatidos, sistematizar os resultados alcançados e dar transparência ao processo de construção do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035. Ao compartilhar essas informações com a sociedade amazonense, o Conselho Estadual de Cultura reafirma seu compromisso com a gestão democrática, a participação cidadã e o fortalecimento da cultura como instrumento de desenvolvimento, inclusão social, cidadania e valorização da identidade cultural do povo amazonense.

Assim, este documento não apenas registra uma etapa de trabalho, mas também testemunha o esforço coletivo empreendido por conselheiros, gestores públicos, agentes culturais e representantes da sociedade civil na construção de um planejamento cultural capaz de orientar o futuro da cultura amazonense e contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado nos próximos anos.

1. INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

Com o objetivo de coordenar os trabalhos de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, o Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC instituiu a Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura por meio da Portaria CONEC nº 01/2024, publicada em 03 de julho de 2024.

A criação da Comissão atendeu à necessidade de organizar e conduzir, de forma técnica, participativa e democrática, o processo de construção do instrumento de planejamento que orientará as políticas públicas de cultura do Estado do Amazonas ao longo da próxima década.

Considerando a complexidade e a abrangência do Plano Estadual de Cultura, tornou-se indispensável a constituição de uma instância específica responsável pela análise das contribuições oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das deliberações aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura, bem como pela compatibilização dessas propostas com os princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Cultura.

A Comissão Especial foi composta por representantes do poder público e da sociedade civil integrantes do Conselho Estadual de Cultura, assegurando a pluralidade de visões, a representatividade dos diversos segmentos culturais e o fortalecimento da participação social no processo de elaboração do Plano.

Entre suas principais atribuições destacaram-se:

- Coordenar os trabalhos de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas;
- Definir a metodologia de análise e sistematização das propostas;
- Promover estudos técnicos e discussões temáticas relacionadas aos eixos estruturantes da política cultural;
- Compatibilizar as contribuições municipais, estaduais e nacionais;
- Elaborar documentos técnicos de apoio ao processo de construção do Plano;

- Consolidar diretrizes, objetivos, estratégias e propostas para composição do texto-base;
- Subsidiar as etapas posteriores de consulta, validação institucional e tramitação do anteprojeto de lei.

A instituição da Comissão Especial representou um importante marco para o processo de planejamento cultural do Estado, possibilitando a condução organizada dos trabalhos e garantindo que a elaboração do Plano Estadual de Cultura ocorresse de forma transparente, participativa e alinhada às demandas apresentadas pela sociedade amazonense.

Ao longo de sua atuação, a Comissão tornou-se espaço permanente de diálogo, reflexão e construção coletiva, contribuindo para a consolidação de uma política cultural pautada na diversidade, na inclusão, na valorização dos patrimônios culturais e no fortalecimento dos direitos culturais da população.

A partir de sua instalação, a Comissão passou a conduzir os trabalhos da I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura, promovendo reuniões técnicas, análises documentais, consolidação de propostas e construção dos referenciais que serviriam de base para a elaboração do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

2. OBJETIVOS DA I ETAPA

A I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 teve como finalidade estruturar as bases técnicas, metodológicas e conceituais necessárias para a construção do principal instrumento de planejamento das políticas culturais do Estado para a próxima década.

Esta etapa correspondeu ao momento inicial de organização e consolidação das informações produzidas durante os processos participativos realizados nos municípios amazonenses, na 3ª Conferência Estadual de Cultura e na 4ª Conferência Nacional de Cultura, permitindo a construção de uma base de referência para as etapas subsequentes de elaboração do Plano.

Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Estudos concentraram-se na análise, sistematização e compatibilização das contribuições recebidas, buscando assegurar

que as diretrizes do Plano Estadual de Cultura refletissem as demandas, necessidades e expectativas dos diversos segmentos culturais da sociedade amazonense.

Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

I – Estudar os instrumentos nacionais de planejamento cultural

Promover a análise do Plano Nacional de Cultura e das diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Cultura, garantindo alinhamento entre as políticas culturais estaduais e os referenciais nacionais de planejamento e gestão cultural.

II – Analisar as deliberações da 3ª Conferência Estadual de Cultura

Examinar as propostas e recomendações aprovadas durante a 3ª Conferência Estadual de Cultura, identificando prioridades, desafios e oportunidades para o fortalecimento das políticas culturais no Amazonas.

III – Sistematizar as propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura

Realizar o levantamento, organização e análise das 394 propostas apresentadas pelos municípios amazonenses durante as conferências municipais, promovendo sua classificação temática e compatibilização com os eixos estruturantes do Plano Estadual de Cultura.

IV – Compatibilizar as propostas estaduais com as diretrizes nacionais

Avaliar a convergência entre as demandas apresentadas pela sociedade amazonense e as 30 propostas aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura, assegurando coerência entre as políticas culturais estaduais e nacionais.

V – Definir a metodologia de elaboração do Plano Estadual de Cultura

Estabelecer procedimentos técnicos e metodológicos para análise, consolidação, revisão e organização das propostas, garantindo transparência, segurança jurídica e consistência técnica ao processo de construção do Plano.

VI – Organizar os grupos temáticos de trabalho

Estruturar a atuação da Comissão Especial por meio da divisão dos trabalhos em eixos temáticos, permitindo análise especializada das propostas e maior eficiência na sistematização das contribuições recebidas.

VII – Construir as bases para elaboração do Anteprojeto de Lei

Consolidar informações, diagnósticos, diretrizes e propostas capazes de subsidiar a elaboração do texto-base do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, que servirá de referência para as etapas posteriores de consulta, validação institucional e tramitação legislativa.

Ao final da I Etapa, a Comissão Especial alcançou os objetivos inicialmente estabelecidos, estruturando uma base técnica sólida para a continuidade do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura e fortalecendo o compromisso com a participação social, a gestão democrática e o desenvolvimento cultural do Estado do Amazonas.

3. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 foi desenvolvida entre os meses de agosto e setembro de 2024, sob a coordenação da Comissão Especial de Estudos instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC.

Os trabalhos tiveram como foco principal a análise, sistematização, compatibilização e consolidação das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura, observando os princípios do Sistema Nacional de Cultura e as especificidades socioculturais do Estado do Amazonas.

Ao longo da etapa foram realizadas 13 (treze) reuniões técnicas, durante as quais a Comissão promoveu estudos, debates, análises comparativas e consolidação das contribuições apresentadas pelos diversos segmentos culturais e municípios participantes do processo.

A metodologia adotada buscou garantir transparência, participação social, rigor técnico e alinhamento institucional, permitindo que as propostas fossem analisadas de forma criteriosa e organizadas segundo os eixos estruturantes definidos para o Plano Estadual de Cultura.

3.1 Início dos Trabalhos

Os trabalhos tiveram início em 29 de agosto de 2024, com a realização da 1ª Reunião Instrutiva da Comissão Especial de Estudos.

Nesta reunião foram apresentados os objetivos gerais da Comissão, os referenciais normativos que orientariam a construção do Plano Estadual de Cultura, a metodologia de trabalho, o cronograma preliminar de execução e os procedimentos técnicos para análise das propostas.

Também foram apresentados os seis eixos estruturantes que serviriam de base para organização das discussões e sistematização das contribuições recebidas, permitindo uma abordagem integrada dos diversos temas relacionados às políticas culturais do Estado.

A reunião marcou oficialmente o início das atividades da Comissão e estabeleceu as diretrizes metodológicas que norteariam os trabalhos ao longo de toda a I Etapa.

3.2 Estrutura Metodológica

Para assegurar a consistência técnica do processo, a Comissão Especial adotou metodologia baseada na análise comparativa e compatibilização das propostas oriundas dos diferentes espaços de participação social.

Os trabalhos compreenderam:

- Estudo das diretrizes do Plano Nacional de Cultura;
- Análise das propostas aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura;
- Exame das deliberações da 3ª Conferência Estadual de Cultura;
- Levantamento e sistematização das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura;
- Compatibilização das propostas municipais, estaduais e nacionais;
- Identificação de convergências e complementaridades entre as contribuições;
- Revisão técnica e adequação textual das propostas;

- Encaminhamento de temas específicos para consulta técnica ou jurídica, quando necessário;
- Consolidação das diretrizes que subsidiariam a elaboração do texto-base do Plano Estadual de Cultura.

Durante esse processo, as propostas foram classificadas de acordo com sua pertinência temática, viabilidade de execução, compatibilidade com as competências do Estado e aderência às diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

3.3 Organização Temática

Com o objetivo de proporcionar maior eficiência aos trabalhos, a Comissão estruturou sua atuação a partir dos seis eixos temáticos definidos no processo conferencial.

Essa organização permitiu a distribuição das análises por áreas temáticas específicas, favorecendo o aprofundamento dos debates e a sistematização das contribuições.

Os trabalhos concentraram-se nos seguintes eixos:

- I – Institucionalização dos Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura;
- II – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social;
- III – Identidade, Patrimônio e Memória;
- IV – Diversidade Cultural, Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade;
- V – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade;
- VI – Direito às Artes e Linguagens Digitais.

A divisão temática possibilitou uma análise mais qualificada das propostas, respeitando as especificidades de cada área e contribuindo para a construção de um Plano Estadual de Cultura abrangente, integrado e representativo da diversidade cultural amazonense.

Ao final da I Etapa, a Comissão havia concluído a análise dos seis eixos estruturantes, consolidando as bases técnicas que subsidiariam as fases posteriores de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

4. CRONOLOGIA DAS REUNIÕES DA I ETAPA

A I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 foi desenvolvida por meio de um conjunto de reuniões técnicas promovidas pela Comissão Especial de Estudos, instituída pelo Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC.

Realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2024, as reuniões tiveram como objetivo analisar, sistematizar, compatibilizar e consolidar as propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Os encontros foram organizados de forma sequencial e temática, permitindo que cada eixo estruturante da política cultural fosse analisado de maneira aprofundada, observando as especificidades territoriais, sociais, econômicas e culturais dos municípios amazonenses.

Ao longo dos trabalhos, a Comissão promoveu debates técnicos, revisões de propostas, compatibilização de conteúdos, identificação de convergências temáticas e construção de consensos necessários para a elaboração do texto-base do Plano Estadual de Cultura.

A cronologia das reuniões demonstra a evolução gradual do processo de construção do Plano, iniciando pela definição da metodologia de trabalho e avançando para a análise dos diferentes eixos temáticos, até a consolidação das propostas que servirão de fundamento para as etapas subsequentes de elaboração do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

As reuniões também evidenciaram o compromisso da Comissão com os princípios da gestão democrática, da participação social, da diversidade cultural e da valorização das contribuições apresentadas pelos municípios, assegurando que o processo de construção do Plano refletisse a pluralidade cultural presente no Estado do Amazonas.

Nos tópicos a seguir são apresentados os principais aspectos debatidos em cada uma das treze reuniões realizadas durante a I Etapa dos trabalhos.

4.1 Primeira Reunião da Comissão Especial – Organização Metodológica

Realizada em 29 de agosto de 2024, a primeira reunião teve caráter instrutivo e de alinhamento metodológico. Na ocasião, foram apresentados os fundamentos legais do Plano Estadual de Cultura, os eixos estruturantes da política cultural, o cronograma de trabalho da

Comissão Especial e a metodologia de consolidação das propostas oriundas das conferências municipais, estadual e nacional.

Também foram definidos os procedimentos para análise das 394 propostas aprovadas nas conferências municipais e das propostas consolidadas pela Conferência Nacional de Cultura, estabelecendo-se a estrutura de grupos temáticos responsáveis pela sistematização dos conteúdos.

4.2 Segunda Reunião da Comissão Especial – Consolidação do Eixo 1

Realizada em 03 de setembro de 2024, a segunda reunião marcou o início da análise técnica das propostas recebidas dos municípios amazonenses, tendo como foco o Eixo 1 – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Durante os trabalhos foram avaliadas propostas oriundas dos municípios de Codajás, Itacoatiara, Borba, Maraã, São Gabriel da Cachoeira, Manaquiri, Benjamin Constant, Tonantins, Manacapuru, Nhamundá e Parintins, entre outros. As discussões concentraram-se na compatibilização das propostas municipais com as diretrizes nacionais aprovadas na Conferência Nacional de Cultura.

4.3 Terceira Reunião da Comissão Especial – Consolidação das Propostas Municipais

Realizada em 10 de setembro de 2024, a terceira reunião da Comissão Especial deu continuidade aos trabalhos do Eixo 1 – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social, aprofundando a análise das propostas oriundas das conferências municipais.

Nesta etapa, a Comissão concentrou esforços na compatibilização de propostas semelhantes, promovendo ajustes de redação, consolidação temática e identificação de diretrizes com potencial de integração ao texto-base do Plano Estadual de Cultura.

Foram analisadas contribuições dos municípios de:

- Envira;
- Careiro Castanho;
- Uarini;

- Lábrea;
- Boca do Acre;
- Canutama;
- Humaitá.

Entre os temas debatidos destacaram-se:

- Realização de encontros culturais regionais por calhas de rios;
- Implantação de espaços culturais nas escolas estaduais do interior;
- Fortalecimento dos Conselhos Municipais e Fundos Municipais de Cultura;
- Ampliação da adesão ao Sistema Nacional de Cultura;
- Democratização do acesso aos programas do Ministério da Cultura em regiões remotas;
- Garantia de recursos para deslocamento de artistas e agentes culturais;
- Programas permanentes de financiamento cultural;
- Redução da burocracia para acesso a editais e políticas públicas;
- Reconhecimento das artes como bem essencial;
- Seguridade social para trabalhadores da cultura;
- Fortalecimento da participação da sociedade civil nos conselhos de cultura;
- Interiorização da formação técnica e superior em artes;
- Ampliação das fontes de financiamento da cultura.

Um dos avanços mais relevantes da reunião foi o processo de aglutinação de propostas convergentes, permitindo maior coerência técnica e facilitando a futura transformação das contribuições municipais em diretrizes, objetivos e estratégias do Plano Estadual de Cultura.

A reunião também evidenciou a preocupação da Comissão com as especificidades territoriais do Amazonas, especialmente no que se refere às dificuldades de acesso, deslocamento, comunicação e financiamento cultural em municípios localizados em áreas remotas e de difícil acesso.

4.4 Quarta Reunião da Comissão Especial – Diversidade Cultural, Inclusão e Acessibilidade

Realizada em 10 de setembro de 2024, no período vespertino, a quarta reunião da Comissão Especial deu início à análise das propostas relacionadas ao Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.

Os debates concentraram-se na construção de diretrizes voltadas à promoção da diversidade cultural, inclusão social, acessibilidade e valorização das múltiplas identidades culturais presentes no território amazonense.

Foram analisadas propostas oriundas dos municípios de:

- Itacoatiara;
- Maraã;
- São Gabriel da Cachoeira;
- Tonantins;
- Nhamundá;
- Envira;
- Careiro Castanho;
- Uarini;
- Boca do Acre;
- Canutama;
- Humaitá;
- Itapiranga.

4.4.1 Temas Prioritários Debatidos

Durante os trabalhos destacaram-se discussões relacionadas a:

- Promoção da diversidade cultural;
- Políticas de inclusão para povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e população LGBTQIAPN+;
- Acessibilidade em equipamentos e espaços culturais;
- Formação e capacitação de agentes culturais;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais;
- Combate às discriminações e promoção da equidade;

- Inclusão de pessoas com deficiência nos processos culturais;
- Interiorização das ações formativas e culturais;
- Participação de artistas locais em eventos promovidos pelo poder público;
- Fortalecimento das expressões culturais de matriz afro-indígena;
- Promoção de fóruns permanentes de diálogo sobre diversidade cultural.

4.4.2 Consolidação e Aperfeiçoamento das Propostas

A Comissão realizou amplo trabalho de consolidação das propostas apresentadas pelos municípios, promovendo ajustes técnicos, aglutinação de conteúdos semelhantes e encaminhamento de matérias para análise jurídica quando necessário.

Também foram identificadas propostas já contempladas por políticas públicas existentes, as quais foram registradas em caderno de consulta para avaliação posterior, evitando sobreposição de ações e contribuindo para maior coerência do Plano Estadual de Cultura.

4.4.3 Avanços Obtidos

Como resultado da reunião, consolidaram-se diretrizes voltadas para:

- Ampliação da participação de grupos historicamente sub-representados nas políticas culturais;
- Promoção da acessibilidade como princípio estruturante da política cultural;
- Fortalecimento da diversidade cultural como elemento estratégico para o desenvolvimento do Estado;
- Reconhecimento dos saberes tradicionais e das identidades culturais amazônicas;
- Construção de mecanismos de participação social voltados à diversidade e inclusão.

4.5 Quinta Reunião da Comissão Especial – Consolidação do Eixo 1

Realizada em 11 de setembro de 2024, a quinta reunião da Comissão Especial do Plano Estadual de Cultura deu continuidade aos trabalhos do Eixo 1 – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social, promovendo a análise e consolidação das propostas encaminhadas pelos municípios amazonenses.

Nesta etapa, a Comissão aprofundou a avaliação técnica das propostas, considerando aspectos relacionados à competência administrativa dos entes federativos, à viabilidade jurídica, à adequação às políticas públicas existentes e à compatibilidade com os objetivos do Plano Estadual de Cultura.

Foram analisadas propostas oriundas dos municípios de:

- Novo Airão;
- Manaus;
- Caapiranga;
- Boa Vista do Ramos;
- Urucurituba;
- Autazes;
- Maués;
- Rio Preto da Eva;
- Santo Antônio do Itá.

4.5.1 Principais Temas Debatidos

Os debates concentraram-se em temas estratégicos para o fortalecimento da gestão cultural e ampliação do acesso às políticas públicas, destacando-se:

- Expansão dos Liceus de Artes e Ofícios para municípios do interior;
- Formação técnica e qualificação de artistas e agentes culturais;
- Fortalecimento dos sistemas municipais e estadual de cultura;
- Ampliação dos mecanismos de financiamento cultural;
- Incentivo à criação de linhas específicas para intercâmbios, residências artísticas e formação cultural;

- Estruturação de mecanismos permanentes de diálogo entre setor público e iniciativa privada;
- Ampliação da participação social na formulação e fiscalização das políticas culturais;
- Criação de mecanismos de assessoramento técnico aos municípios e agentes culturais;
- Integração dos sistemas de informação cultural;
- Fortalecimento dos processos de adesão ao Sistema Nacional de Cultura.

4.5.2 Qualificação Técnica das Propostas

Um aspecto relevante desta reunião foi a sistematização dos encaminhamentos adotados pela Comissão, que passou a classificar as propostas em categorias de análise, tais como:

- Aproveitamento integral;
- Revisão textual;
- Aglutinação;
- Consulta jurídica;
- Encaminhamento para caderno de reserva.

Esse procedimento permitiu maior rigor metodológico na consolidação das contribuições municipais e garantiu que o texto do Plano fosse construído com segurança jurídica e alinhamento às competências legais do Estado.

4.5.3 Resultados Obtidos

Ao final da reunião, foram consolidadas diretrizes relacionadas ao fortalecimento institucional da política cultural, à ampliação das oportunidades de formação artística, à democratização do acesso aos recursos públicos e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de governança cultural.

Também se verificou forte convergência entre os municípios quanto à necessidade de:

- Maior apoio técnico aos gestores culturais;
- Ampliação dos instrumentos de financiamento;
- Fortalecimento dos sistemas municipais de cultura;
- Integração entre Estado e municípios na execução das políticas culturais;
- Formação continuada para agentes culturais e gestores públicos.

4.6 Sexta Reunião da Comissão Especial – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Realizada em 12 de setembro de 2024, a sexta reunião da Comissão Especial deu início à análise das propostas vinculadas ao Eixo 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade, abordando temas relacionados ao desenvolvimento econômico da cultura, geração de oportunidades para trabalhadores culturais e fortalecimento das atividades criativas no Estado do Amazonas.

Nesta reunião, a Comissão aprofundou a avaliação de propostas que buscavam ampliar os mecanismos de financiamento cultural, fortalecer o empreendedorismo criativo, promover a qualificação profissional e incentivar a sustentabilidade econômica das atividades culturais.

Foram analisadas propostas oriundas dos municípios de:

- Itacoatiara;
- Borba;
- Presidente Figueiredo;
- Marã;
- São Gabriel da Cachoeira;
- Manaquiri;
- Manacapuru;
- Tonantins;
- Nhamundá;

- Parintins;
- Envira;
- Careiro Castanho;
- Uarini;
- Boca do Acre;
- Canutama;
- Humaitá;
- Itapiranga.

4.6.1 Temas Prioritários Debatidos

Os trabalhos concentraram-se especialmente nos seguintes assuntos:

- Economia criativa como vetor de desenvolvimento regional;
- Criação de linhas de crédito para agentes culturais;
- Ampliação dos mecanismos de financiamento cultural;
- Formação técnica e profissionalização dos trabalhadores da cultura;
- Programas permanentes de qualificação para artistas e produtores culturais;
- Apoio às cadeias produtivas do artesanato e das manifestações culturais;
- Fortalecimento das associações culturais e entidades representativas;
- Sustentabilidade econômica dos espaços culturais;
- Interiorização das políticas de fomento;
- Incentivos à inovação, empreendedorismo e circulação cultural;
- Desenvolvimento de ações voltadas para comunidades indígenas e tradicionais;
- Ampliação das oportunidades de acesso aos mercados culturais.

4.6.2 Aperfeiçoamento Metodológico

Durante a reunião, observou-se o aprimoramento da metodologia de análise adotada pela Comissão, com a utilização sistemática de mecanismos de:

- Aglutinação de propostas semelhantes;
- Revisão textual;
- Consulta jurídica;
- Encaminhamento para caderno de reserva;
- Redistribuição de propostas entre eixos temáticos.

Esse procedimento permitiu maior racionalidade na organização das contribuições e contribuiu para a construção de um conjunto de diretrizes mais consistente para o Plano Estadual de Cultura.

4.6.3 Destaques dos Debates

Um dos principais consensos construídos nesta etapa foi o reconhecimento da cultura como setor econômico estratégico para o desenvolvimento do Amazonas.

As discussões evidenciaram a necessidade de:

- Estruturar políticas permanentes de incentivo à economia criativa;
- Criar instrumentos de crédito e financiamento adaptados à realidade dos trabalhadores da cultura;
- Ampliar programas de formação profissional;
- Fortalecer os processos de interiorização das políticas culturais;
- Garantir maior acesso dos agentes culturais aos instrumentos de fomento existentes;
- Promover ações voltadas ao desenvolvimento sustentável dos territórios culturais do Estado.

4.6.4 Resultados Obtidos

Ao final da reunião, consolidaram-se importantes contribuições relacionadas ao fortalecimento da economia criativa, à profissionalização dos agentes culturais e à ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda por meio da cultura.

Também ficou evidenciada a necessidade de integração entre diferentes órgãos governamentais, instituições de ensino, entidades de fomento e organizações culturais para viabilizar a implementação das estratégias propostas no Plano Estadual de Cultura.

5.7 Sétima Reunião da Comissão Especial – Diversidade Cultural, Representatividade e Inclusão

Realizada em 12 de setembro de 2024, no período da tarde, a sétima reunião da Comissão Especial deu continuidade à análise das propostas vinculadas ao Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural, aprofundando o debate sobre inclusão, representatividade e valorização da diversidade cultural no Estado do Amazonas.

Os trabalhos foram conduzidos com foco na análise das contribuições apresentadas pelos municípios, buscando compatibilizar as demandas locais com as competências da política cultural estadual e com os princípios de diversidade, equidade e participação social previstos para o Plano Estadual de Cultura.

4.7.1 Municípios Analisados

Durante a reunião foram apreciadas propostas oriundas dos municípios de:

- Novo Airão;
- Manaus;
- Barreirinha;
- Caapiranga;
- Urucurituba;
- Autazes;
- Maués;

- Rio Preto da Eva;
- Santo Antônio do Itá;
- Boa Vista do Ramos.

4.7.2 Temas Prioritários Debatidos

As discussões concentraram-se em temas relacionados à promoção dos direitos culturais e ao fortalecimento da diversidade cultural amazonense, destacando-se:

- Combate ao preconceito, à discriminação e à violência contra grupos vulnerabilizados;
- Promoção da educação antirracista;
- Valorização das culturas afro-brasileiras, indígenas e tradicionais;
- Ampliação da acessibilidade em equipamentos, espaços e eventos culturais;
- Representatividade de grupos historicamente sub-representados nas políticas culturais;
- Inclusão de pessoas com deficiência nos processos culturais;
- Reconhecimento das comunidades quilombolas e povos tradicionais;
- Formação cultural voltada à diversidade e aos direitos humanos;
- Criação e fortalecimento de espaços de acolhimento e promoção da diversidade cultural;
- Mapeamento das identidades e manifestações culturais existentes nos municípios amazonenses.

4.7.3 Integração Intersectorial

Um dos aspectos mais relevantes desta reunião foi a identificação da necessidade de integração entre a política cultural e outras áreas governamentais, especialmente:

- Educação;
- Assistência Social;
- Direitos Humanos;
- Inclusão e acessibilidade.

Diversas propostas demandaram encaminhamento para consulta técnica junto aos órgãos competentes, evidenciando o caráter transversal da política cultural e sua articulação com outras políticas públicas.

4.7.4 Consolidação das Propostas

A Comissão realizou intenso trabalho de análise técnica, promovendo:

- Aglutinação de propostas semelhantes;
- Revisões textuais;
- Encaminhamentos para consulta institucional;
- Inserção de propostas em caderno de reserva quando incompatíveis com a competência estadual ou já contempladas por normativas vigentes.

Esse processo permitiu qualificar as contribuições recebidas e evitar sobreposição de ações já previstas em legislações e programas existentes.

4.7.5 Resultados Obtidos

Ao final da reunião, consolidaram-se importantes diretrizes voltadas para:

- Fortalecimento da diversidade cultural como princípio estruturante das políticas públicas;
- Ampliação da acessibilidade cultural;
- Promoção da equidade racial e de gênero;
- Valorização das identidades culturais amazônicas;
- Reconhecimento e fortalecimento das expressões culturais de grupos historicamente invisibilizados;
- Ampliação dos mecanismos de participação e inclusão cultural.

4.8 Oitava Reunião da Comissão Especial – Economia Criativa, Formação e Sustentabilidade Cultural

Realizada em 16 de setembro de 2024, a oitava reunião da Comissão Especial do Plano Estadual de Cultura deu continuidade aos trabalhos relacionados ao fortalecimento da economia criativa e ao desenvolvimento sustentável das atividades culturais no Amazonas. Os debates concentraram-se na análise de propostas voltadas à geração de trabalho e renda, qualificação profissional, circulação cultural e fortalecimento das cadeias produtivas da cultura.

4.8.1 Municípios e Propostas Analisadas

Durante a reunião foram apreciadas contribuições oriundas dos municípios de:

- Novo Airão;
- Manaus;
- Barreirinha;
- Caapiranga;
- Urucurituba;
- Autazes;
- Maués;
- Rio Preto da Eva;
- Santo Antônio do Itá.

4.8.2 Temas Prioritários Debatidos

As discussões concentraram-se principalmente em:

- Fortalecimento da economia criativa;
- Mapeamento das cadeias produtivas culturais;
- Circulação de artistas e produtos culturais entre os municípios;
- Formação continuada de agentes culturais;
- Artesanato e produção cultural sustentável;
- Incentivo à gastronomia como patrimônio cultural e vetor econômico;
- Valorização das manifestações culturais tradicionais;
- Ampliação de feiras, mostras e circuitos culturais;

- Desenvolvimento de políticas voltadas às indústrias criativas;
- Estruturação de mecanismos de apoio aos trabalhadores da cultura.

4.8.3 Mapeamento Cultural como Ferramenta Estratégica

Um dos temas mais recorrentes foi a necessidade de realização de diagnósticos e mapeamentos culturais permanentes, capazes de identificar:

- Agentes culturais;
- Indústrias criativas;
- Cadeias produtivas;
- Equipamentos culturais;
- Potencialidades econômicas dos municípios.

A Comissão reconheceu que a produção de dados qualificados constitui instrumento fundamental para o planejamento das políticas públicas culturais e para a tomada de decisões estratégicas nos próximos anos.

4.8.4 Formação e Capacitação

A reunião também evidenciou a demanda dos municípios por programas permanentes de capacitação, envolvendo:

- Elaboração de projetos culturais;
- Economia criativa;
- Artesanato;
- Biojoias;
- Gestão cultural;
- Formação técnica e artística;
- Qualificação de agentes culturais.

Os debates reforçaram a necessidade de interiorização das ações formativas e de ampliação das parcerias entre órgãos governamentais, instituições de ensino e entidades culturais.

4.8.5 Sustentabilidade Econômica da Cultura

Outro aspecto relevante foi a discussão sobre mecanismos capazes de garantir sustentabilidade econômica aos trabalhadores da cultura, destacando-se:

- Incentivos à comercialização de produtos culturais;
- Fortalecimento de feiras e circuitos culturais;
- Ampliação das oportunidades de circulação artística;
- Apoio às economias criativas locais;
- Integração entre cultura, turismo e desenvolvimento regional.

4.8.6 Consolidação Metodológica

A Comissão continuou aplicando os procedimentos metodológicos adotados desde o início dos trabalhos, promovendo:

- Aproveitamento integral de propostas;
- Aglutinação de conteúdos semelhantes;
- Revisões textuais;
- Consultas jurídicas;
- Encaminhamento de matérias para caderno de reserva quando incompatíveis com as competências estaduais ou dependentes de outras esferas de governo.

4.8.7 Resultados Obtidos

Ao final da reunião, foram consolidadas importantes diretrizes voltadas para:

- Fortalecimento da economia criativa amazonense;
- Ampliação da formação cultural e profissional;
- Promoção da circulação de artistas e produtos culturais;
- Integração entre cultura, turismo e desenvolvimento sustentável;

- Valorização dos saberes tradicionais e das economias locais;
- Produção de indicadores e dados para subsidiar a gestão cultural.

4.9 Nona Reunião da Comissão Especial – Direito às Artes e Linguagens Digitais

Realizada em 17 de setembro de 2024, a nona reunião da Comissão Especial deu início à análise das propostas relacionadas ao Eixo 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais, ampliando o debate para temas vinculados à cultura digital, inovação tecnológica, comunicação cultural, acesso à informação e fortalecimento das linguagens artísticas contemporâneas.

A reunião reuniu representantes da sociedade civil e membros da Comissão Especial para avaliar propostas oriundas das conferências municipais, buscando compatibilizá-las com as diretrizes estaduais e nacionais da política cultural.

4.9.1 Municípios Analisados

Durante os trabalhos foram apreciadas contribuições dos municípios de:

- São Sebastião do Uatumã;
- Itacoatiara;
- Borba;
- Maraã;
- São Gabriel da Cachoeira;
- Manaquiri;
- Benjamin Constant;
- Tonantins;
- Nhamundá;
- Parintins;
- Envira;
- Careiro Castanho;
- Uarini;
- Lábrea;

- Boca do Acre;
- Canutama;
- Humaitá;
- Itapiranga;
- Novo Airão.

4.9.2 Principais Temas Debatidos

Os debates concentraram-se em questões relacionadas à democratização do acesso às tecnologias e à ampliação das oportunidades de participação cultural no ambiente digital.

Entre os temas mais recorrentes destacaram-se:

- Cultura digital e inclusão tecnológica;
- Formação em mídias digitais;
- Produção audiovisual e conteúdo digital;
- Capacitação em fotografia, vídeo e design gráfico;
- Plataformas digitais de difusão cultural;
- Direitos autorais e propriedade intelectual;
- Catálogos virtuais de artistas e grupos culturais;
- Comunicação e divulgação das ações culturais;
- Acesso à internet em áreas rurais e comunidades tradicionais;
- Preservação e difusão digital dos acervos culturais;
- Museus virtuais e plataformas colaborativas de cultura.

4.9.3 Formação Digital e Capacitação Cultural

Um dos temas de maior convergência entre os municípios foi a necessidade de ampliação das oportunidades de formação técnica e tecnológica para agentes culturais.

As propostas discutidas enfatizaram:

- Cursos de mídias digitais;

- Oficinas de audiovisual;
- Formação em design gráfico;
- Capacitação em tecnologias aplicadas à cultura;
- Parcerias com universidades, CETAM e instituições de ensino;
- Qualificação para elaboração de projetos culturais.

A Comissão identificou que a formação digital constitui elemento estratégico para ampliar a participação dos trabalhadores da cultura nos processos contemporâneos de criação, difusão e comercialização de bens culturais.

4.9.4 Cultura Digital e Democratização do Acesso

As discussões também evidenciaram a preocupação dos municípios com as desigualdades de acesso às tecnologias digitais, especialmente em regiões remotas do Amazonas.

Foram debatidas propostas relacionadas a:

- Ampliação do acesso à internet;
- Conectividade para comunidades rurais e ribeirinhas;
- Democratização do acesso às linguagens digitais;
- Disponibilização de conteúdos culturais em plataformas virtuais;
- Ampliação dos mecanismos de divulgação cultural.

A Comissão destacou que muitos desses temas extrapolam as competências da política cultural, exigindo articulação com outras áreas governamentais, especialmente comunicação, educação e inclusão digital.

4.9.5 Direitos Autorais e Propriedade Intelectual

Outro aspecto relevante da reunião foi o debate sobre proteção da produção intelectual dos agentes culturais, especialmente escritores, compositores, poetas e demais criadores.

Foram discutidas medidas voltadas para:

- Facilitação dos processos de registro autoral;
- Ampliação do acesso às informações sobre direitos autorais;
- Proteção da produção intelectual;
- Fortalecimento dos mecanismos de arrecadação e distribuição de direitos patrimoniais.

4.9.6 Metodologia de Consolidação

A reunião manteve a metodologia adotada pela Comissão ao longo da I Etapa, promovendo:

- Aproveitamento integral de propostas;
- Aglutinação de conteúdos semelhantes;
- Revisão textual;
- Consultas jurídicas;
- Redistribuição de propostas para eixos mais adequados;
- Encaminhamento para caderno de reserva quando necessário.

Esse processo permitiu aperfeiçoar as contribuições recebidas e garantir maior coerência na estruturação do Plano Estadual de Cultura.

4.9.7 Resultados Obtidos

Ao final da reunião, consolidaram-se importantes diretrizes relacionadas:

- À inclusão digital dos agentes culturais;
- Ao fortalecimento das linguagens artísticas contemporâneas;
- À democratização do acesso às tecnologias da informação;
- À formação em cultura digital;
- À valorização dos direitos autorais;
- À ampliação da comunicação e difusão cultural em ambiente digital.

4.10 Décima Reunião da Comissão Especial – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social

Realizada em 19 de setembro de 2024, a décima reunião da Comissão Especial do Plano Estadual de Cultura concentrou-se na consolidação das propostas relacionadas ao Eixo 2 – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social. Os debates buscaram fortalecer mecanismos de acesso às políticas culturais, ampliar a participação cidadã e promover maior equilíbrio territorial na distribuição dos investimentos públicos em cultura.

A reunião reafirmou o compromisso da Comissão com a construção de políticas culturais inclusivas, capazes de alcançar os diversos territórios do Amazonas e reduzir as desigualdades de acesso existentes entre a capital e os municípios do interior.

4.10.1 Temas Prioritários Debatidos

Entre os principais temas discutidos destacaram-se:

- Interiorização das ações formativas e culturais;
- Expansão do modelo dos Liceus de Artes e Ofícios;
- Fortalecimento dos mecanismos de participação social;
- Apoio institucional às entidades culturais do interior;
- Financiamento descentralizado da cultura;
- Políticas afirmativas e inclusão social;
- Fortalecimento dos conselhos de cultura;
- Busca ativa de agentes culturais;
- Ampliação da presença do Estado nos municípios;
- Democratização do acesso aos editais e programas de fomento.

4.10.2 Interiorização da Formação Cultural

Um dos principais consensos construídos durante a reunião foi a necessidade de ampliar a presença das ações formativas nos municípios amazonenses.

Os debates ressaltaram a importância de expandir experiências bem-sucedidas de formação artística e cultural, tomando como referência a atuação dos Liceus de Artes e Ofícios, de forma a garantir oportunidades permanentes de capacitação para artistas, produtores culturais e agentes comunitários em todo o Estado.

A Comissão reconheceu que as dificuldades de conectividade e infraestrutura enfrentadas por muitos municípios tornam indispensável a oferta de atividades presenciais e descentralizadas.

4.10.3 Financiamento e Apoio às Entidades Culturais

Outro tema amplamente debatido foi a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de financiamento destinados às organizações culturais do interior.

As discussões evidenciaram a importância de aperfeiçoar instrumentos já existentes, como o Fundo Estadual de Cultura, buscando ampliar seu alcance territorial e garantir maior equilíbrio na distribuição dos recursos destinados às atividades culturais.

Também foi destacada a necessidade de construção de instrumentos que permitam apoiar instituições culturais com atuação permanente nos municípios, fortalecendo a execução local das políticas públicas de cultura.

4.10.4 Participação Social e Controle Social

A reunião reforçou a compreensão de que a participação social constitui elemento central para a consolidação do Sistema Estadual de Cultura.

Foram debatidas estratégias voltadas para:

- Fortalecimento dos conselhos de cultura;
- Ampliação das escutas públicas;
- Realização de fóruns e seminários;
- Estímulo à participação da sociedade civil nos processos decisórios;
- Ampliação dos mecanismos de controle social das políticas culturais.

Os participantes ressaltaram que a construção de uma política cultural democrática depende da atuação permanente dos agentes culturais e das organizações representativas da sociedade civil.

4.10.5 Inclusão, Diversidade e Busca Ativa

Um dos pontos mais relevantes da reunião foi a discussão sobre mecanismos de busca ativa voltados à identificação e valorização de agentes culturais em situação de vulnerabilidade ou com baixa inserção nos sistemas formais de cadastro cultural.

Foram debatidas ações voltadas para:

- Pessoas com deficiência;
- Pessoas neurodivergentes;
- Povos indígenas;
- Comunidades ribeirinhas;
- População negra;
- Artistas residentes em áreas remotas do Estado.

A Comissão reconheceu que a democratização do acesso à cultura exige não apenas a oferta de oportunidades, mas também a capacidade institucional de localizar, ouvir e integrar grupos historicamente pouco representados nos processos culturais.

4.10.6 Aperfeiçoamento Metodológico

A reunião também contribuiu para o refinamento dos critérios de análise das propostas, com utilização dos instrumentos metodológicos já adotados ao longo da I Etapa:

- Aproveitamento integral;
- Revisão textual;
- Consulta jurídica;
- Aglutinação temática;
- Encaminhamento para caderno de reserva.

Esses procedimentos permitiram qualificar as contribuições recebidas e fortalecer a coerência técnica do Plano Estadual de Cultura.

4.10.7 Resultados Obtidos

Ao final da reunião, consolidaram-se importantes diretrizes relacionadas:

- À democratização do acesso aos bens e serviços culturais;
- À ampliação da participação social;
- Ao fortalecimento dos mecanismos de controle social;
- À interiorização das ações culturais;
- À ampliação dos instrumentos de financiamento;
- À valorização da diversidade e inclusão cultural;
- À implementação de estratégias de busca ativa para agentes culturais em situação de vulnerabilidade.

4.11 Décima Primeira Reunião da Comissão Especial – Consolidação do Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais

Realizada em 24 de setembro de 2024, a 11ª Reunião da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura deu continuidade aos debates do Eixo 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais, aprofundando a análise das propostas relacionadas à cultura digital, inovação tecnológica, comunicação cultural e ampliação dos mecanismos de difusão das expressões artísticas amazonenses.

4.11.1 Cultura Digital e Novas Linguagens Artísticas

Os debates evidenciaram a necessidade de fortalecimento das políticas voltadas às linguagens artísticas contemporâneas e aos processos criativos mediados por tecnologias digitais.

Entre os temas discutidos destacaram-se:

- Produção audiovisual digital;
- Cinema e narrativas amazônicas;
- Pintura digital e grafismos indígenas e afro-brasileiros;
- Festivais de cultura digital;
- Tecnologias aplicadas à criação artística;
- Residências culturais voltadas à inovação;
- Integração entre arte, tecnologia e diversidade cultural.

A Comissão reconheceu que as tecnologias digitais representam importante instrumento para ampliação da produção cultural, circulação de conteúdos e fortalecimento das identidades culturais amazônicas.

4.11.2 Difusão Cultural e Comunicação

Um dos temas de maior relevância debatidos foi a necessidade de ampliar os mecanismos de divulgação das produções culturais do Amazonas.

Nesse contexto, destacou-se a proposta de criação de um portal virtual de cultura capaz de reunir informações sobre artistas, grupos culturais, produtores e manifestações culturais dos municípios amazonenses, funcionando como ferramenta de integração e visibilidade cultural.

Durante os debates, os conselheiros ressaltaram a importância de:

- Garantir espaço para divulgação nas mídias oficiais do Estado;
- Integrar informações culturais dos municípios;
- Promover maior visibilidade aos artistas do interior;
- Criar mecanismos permanentes de comunicação cultural;
- Fortalecer a circulação de informações entre Estado e municípios.

4.11.3 Democratização do Acesso às Tecnologias

A reunião também abordou propostas relacionadas ao acesso às ferramentas digitais, conectividade e inclusão tecnológica.

Foram discutidas iniciativas voltadas para:



- Uso de laboratórios de informática para ações culturais;
- Formação em linguagens digitais;
- Criação de plataformas digitais acessíveis;
- Ampliação da conectividade em municípios do interior;
- Fortalecimento dos canais de divulgação digital;
- Inclusão tecnológica de agentes culturais.

Embora muitas dessas propostas extrapolassem as competências específicas da política cultural, a Comissão reconheceu sua relevância estratégica para o desenvolvimento cultural do Estado.

4.11.4 Integração entre Estado e Municípios

Um aspecto recorrente nos debates foi a necessidade de articulação entre os entes federativos para garantir a efetividade das políticas culturais.

Os participantes destacaram que a promoção dos artistas e grupos culturais deve envolver tanto o Estado quanto os municípios, fortalecendo uma rede integrada de comunicação cultural capaz de ampliar a visibilidade das produções locais.

Essa compreensão reforçou um dos princípios centrais da construção do Plano Estadual de Cultura: a corresponsabilidade entre as diferentes esferas de governo na implementação das políticas culturais.

4.11.5 Resultados Obtidos

Ao final da reunião, consolidaram-se importantes diretrizes relacionadas:

- À democratização do acesso às linguagens digitais;
- À ampliação da difusão cultural;
- Ao fortalecimento da comunicação institucional da cultura;
- À valorização da produção audiovisual amazônica;
- À integração entre cultura e tecnologia;
- À criação de mecanismos permanentes de divulgação cultural;

- Ao fortalecimento da articulação entre Estado e municípios.

4.11.6 Encerramento do Eixo 6

A 11ª reunião marcou a conclusão dos trabalhos do Eixo 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais, representando um importante avanço na consolidação das diretrizes que integrariam o texto-base do Plano Estadual de Cultura do Amazonas 2025–2035

4.12 Décima Segunda Reunião da Comissão Especial – Identidade, Patrimônio e Memória

Realizada em 24 de setembro de 2024, a 12ª Reunião da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura deu início à análise das propostas relacionadas ao Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória. Os debates concentraram-se na valorização das identidades culturais amazonenses, na preservação do patrimônio cultural material e imaterial e na proteção dos acervos históricos e memoriais existentes nos municípios do Estado.

4.12.1 Patrimônio Cultural e Saberes Tradicionais

Um dos temas de maior destaque foi a necessidade de inventariar, estudar e preservar os sítios arqueológicos de interesse dos povos indígenas, reconhecendo sua importância histórica, científica e cultural para o Amazonas e para o Brasil. A Comissão destacou que o patrimônio arqueológico representa um importante instrumento de fortalecimento da memória coletiva e da valorização dos saberes ancestrais.

Os conselheiros também ressaltaram a necessidade de ampliar o reconhecimento das manifestações culturais tradicionais presentes nos diversos municípios amazonenses, incluindo festividades populares, celebrações religiosas, práticas culturais comunitárias e conhecimentos transmitidos oralmente entre gerações.

4.12.2 Intercâmbio Cultural e Valorização das Comunidades

Durante os debates, a Comissão promoveu importante reflexão sobre o conceito de democratização cultural nas comunidades do interior.

Os participantes destacaram que as ações culturais não devem ser compreendidas como uma simples transferência de atividades da capital para os municípios, mas sim como um processo permanente de intercâmbio cultural, valorizando as expressões já existentes nas comunidades locais. Como resultado, a proposta foi reformulada para enfatizar a promoção de intercâmbios culturais em todas as comunidades do interior do Estado.

Essa discussão reforçou um princípio fundamental da construção do Plano Estadual de Cultura: o reconhecimento do protagonismo cultural dos territórios e das comunidades locais.

4.12.3 Literatura, Produção Intelectual e Difusão Cultural

A reunião também debateu propostas voltadas ao fortalecimento da literatura amazonense e à circulação de produções intelectuais.

Foram discutidas iniciativas para realização de eventos literários permanentes, estímulo à circulação de obras publicadas e inéditas e fortalecimento de ações de fomento voltadas à produção literária no Estado. Os debates destacaram a importância de ampliar a visibilidade da literatura como expressão fundamental da identidade cultural amazonense.

A Comissão reconheceu ainda a necessidade de contemplar diferentes formas de produção literária e narrativa, incluindo manifestações orais e expressões culturais contemporâneas.

4.12.3 Centros de Memória, Arquivos e Bibliotecas

Outro tema amplamente debatido foi a criação e manutenção de centros de memória, arquivos públicos e bibliotecas.

Os participantes destacaram a necessidade de estruturar mecanismos permanentes de preservação documental e salvaguarda da memória cultural do Estado,

reconhecendo que muitos municípios ainda carecem de equipamentos culturais adequados para essa finalidade.

Entre os principais pontos debatidos destacaram-se:

- Criação e manutenção de centros de memória;
- Estruturação de arquivos públicos;
- Modernização de bibliotecas;
- Digitalização de acervos;
- Ampliação do acesso à informação;
- Utilização de tecnologias para preservação documental;
- Formação de acervos digitais.

A Comissão também identificou a necessidade de ampliar a divulgação dos editais e programas de apoio já existentes, permitindo que municípios e comunidades tenham maior acesso aos recursos disponíveis para essas finalidades.

4.12.4 Diversidade Cultural e Inclusão

As discussões reafirmaram a importância da valorização das identidades indígenas, afrodescendentes, ribeirinhas e tradicionais como elementos estruturantes da política cultural do Amazonas.

Foram analisadas propostas voltadas à promoção da diversidade cultural, à preservação das narrativas históricas locais e à ampliação do reconhecimento das contribuições dos diferentes grupos sociais para a formação da identidade amazonense.

4.12.5 Resultados Obtidos

Ao final da reunião consolidaram-se importantes diretrizes relacionadas:

- À preservação do patrimônio material e imaterial;
- À valorização dos saberes tradicionais;
- À proteção dos sítios arqueológicos;
- Ao fortalecimento da memória cultural;

- À modernização de bibliotecas e arquivos;
- À criação de centros de memória;
- À ampliação dos intercâmbios culturais;
- À valorização da literatura amazonense;
- À promoção da diversidade cultural.

4.13 Décima Terceira Reunião da Comissão Especial – Consolidação do Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória

Realizada em 27 de setembro de 2024, a 13ª Reunião da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura deu continuidade aos trabalhos do Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória, promovendo a análise final das propostas oriundas das conferências municipais e consolidando diretrizes voltadas à preservação do patrimônio cultural, à valorização das identidades amazônicas e ao fortalecimento da memória coletiva do Estado.

4.13.1 Patrimônio Histórico e Preservação Cultural

Um dos principais temas debatidos foi a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à preservação dos patrimônios históricos existentes nos municípios amazonenses.

A Comissão analisou propostas relacionadas à restauração e manutenção de prédios históricos, discutindo mecanismos institucionais capazes de assegurar a conservação desses bens culturais e ampliar a participação dos municípios nas ações de proteção patrimonial.

Os debates evidenciaram a importância de articular as ações do Plano Estadual de Cultura com os instrumentos já existentes de proteção patrimonial, incluindo a atuação do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas – COPHAM.

4.13.2 Fundo Estadual de Cultura e Sustentabilidade das Políticas Patrimoniais

A reunião também promoveu reflexões importantes sobre o financiamento das políticas culturais e patrimoniais.

Foram discutidas possibilidades de ampliação das fontes de financiamento destinadas à preservação do patrimônio cultural, bem como estratégias para fortalecer a utilização do Fundo Estadual de Cultura como instrumento de apoio aos municípios e às iniciativas voltadas à proteção da memória cultural amazonense.

A Comissão reconheceu que a sustentabilidade financeira constitui elemento essencial para garantir a efetividade das políticas de preservação cultural ao longo da vigência do Plano Estadual de Cultura.

4.13.3 Governança Cultural e Participação Social

Outro aspecto relevante debatido durante a reunião foi a necessidade de fortalecimento dos sistemas municipais de cultura e dos mecanismos de governança cultural.

Os participantes destacaram a importância da existência de conselhos municipais, fundos de cultura e instrumentos permanentes de participação social como condições fundamentais para a implementação das políticas públicas culturais e para a adequada aplicação dos recursos públicos destinados ao setor.

Os debates reforçaram ainda o papel estratégico da sociedade civil na fiscalização, acompanhamento e fortalecimento das políticas culturais nos territórios.

4.13.4 Diversidade Cultural, Memória e Patrimônio Imaterial

As discussões reafirmaram o compromisso da Comissão com a valorização da diversidade cultural do Amazonas.

Foram debatidas propostas relacionadas:

- À preservação das tradições indígenas;
- À valorização das culturas afrodescendentes;
- À proteção dos saberes tradicionais;
- À memória das comunidades ribeirinhas;

- À preservação da tradição oral;
- À diversidade linguística;
- À proteção do patrimônio cultural imaterial.

A Comissão reconheceu que a memória cultural do Amazonas é construída pela pluralidade de seus povos e comunidades, devendo o Plano Estadual de Cultura refletir essa diversidade de forma ampla e inclusiva.

4.13.5 Museus, Casas de Memória e Centros Culturais

A reunião também consolidou debates sobre a necessidade de ampliação dos equipamentos culturais voltados à preservação da memória.

Foram analisadas propostas relacionadas:

- À criação de casas-museus;
- Ao fortalecimento de centros de memória;
- À preservação de acervos históricos;
- À valorização dos museus locais;
- À digitalização de documentos e registros culturais;
- À ampliação do acesso público à memória cultural.

Os participantes ressaltaram a importância desses equipamentos como instrumentos de preservação, educação patrimonial e fortalecimento das identidades locais.

4.13.6 Integração entre Conferências e Plano Estadual de Cultura

Um dos momentos mais relevantes da reunião foi a reafirmação do compromisso metodológico da Comissão com as decisões aprovadas nas conferências municipais, estadual e nacional de cultura.

Durante os debates, foi ressaltado que o papel da Comissão não consistia em criar novas propostas, mas em organizar, adequar, sistematizar e compatibilizar as contribuições já legitimadas pelos processos participativos anteriormente realizados.

Essa orientação fortaleceu a legitimidade democrática da construção do Plano Estadual de Cultura e garantiu o respeito às deliberações da sociedade amazonense.

4.13.7 Resultados Obtidos

Ao final da reunião, consolidaram-se importantes diretrizes relacionadas:

- À preservação do patrimônio histórico e cultural;
- Ao fortalecimento das políticas de memória;
- À valorização dos patrimônios materiais e imateriais;
- À proteção dos saberes tradicionais;
- À ampliação dos equipamentos culturais de memória;
- Ao fortalecimento dos sistemas municipais de cultura;
- À sustentabilidade financeira das políticas culturais;
- À valorização da diversidade cultural amazônica;
- À integração das deliberações das conferências ao Plano Estadual de Cultura.

5. PRINCIPAIS TEMAS DEBATIDOS NA I ETAPA

Ao longo das treze reuniões realizadas durante a I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, a Comissão Especial de Estudos promoveu ampla análise das propostas apresentadas pelos municípios amazonenses, identificando desafios, potencialidades e demandas recorrentes relacionadas ao desenvolvimento cultural do Estado.

As discussões foram organizadas a partir dos seis eixos estruturantes definidos no processo conferencial, permitindo uma abordagem integrada dos diversos aspectos que compõem a política cultural amazonense.

Os debates evidenciaram significativa convergência entre as propostas apresentadas pelos municípios, revelando preocupações comuns relacionadas ao fortalecimento institucional da cultura, à ampliação da participação social, à preservação do patrimônio cultural,

ao desenvolvimento da economia criativa e à democratização do acesso às políticas públicas culturais.

5.1 Institucionalização dos Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

As discussões relacionadas à institucionalização da política cultural concentraram-se no fortalecimento dos sistemas de cultura, na ampliação da governança cultural e na consolidação dos instrumentos de planejamento, financiamento e participação social.

Foram debatidas propostas voltadas à adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura, à criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Cultura, à implementação dos Fundos Municipais de Cultura e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão cultural.

Também foram discutidas estratégias destinadas ao fortalecimento da articulação entre Estado e municípios, buscando ampliar a capacidade institucional dos entes responsáveis pela execução das políticas culturais.

5.2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social

Um dos temas mais recorrentes ao longo dos trabalhos foi a necessidade de ampliar o acesso da população aos bens, serviços e oportunidades culturais.

Os debates destacaram a importância da interiorização das ações culturais, da ampliação da oferta de formação artística e cultural nos municípios e da descentralização dos investimentos públicos em cultura.

Também foram discutidas estratégias de fortalecimento da participação social, incluindo mecanismos de consulta pública, fóruns culturais, conferências, conselhos de cultura e outras formas de controle social das políticas públicas.

A Comissão identificou ainda a necessidade de implementação de mecanismos de busca ativa voltados à inclusão de agentes culturais historicamente pouco representados nos processos de participação institucional.

5.3 Identidade, Patrimônio e Memória

Os debates relacionados ao patrimônio cultural evidenciaram a importância da preservação dos bens materiais e imateriais que compõem a memória e a identidade dos povos amazonenses.

Foram discutidas propostas voltadas à proteção dos sítios arqueológicos, valorização dos saberes tradicionais, fortalecimento das manifestações culturais populares, preservação dos acervos históricos e ampliação dos mecanismos de salvaguarda do patrimônio cultural.

A Comissão também debateu a criação e fortalecimento de centros de memória, museus, bibliotecas e arquivos públicos, reconhecendo esses equipamentos como instrumentos fundamentais para a preservação da história e da identidade cultural do Estado.

5.4 Diversidade Cultural, Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade

A promoção da diversidade cultural foi reconhecida como um dos princípios estruturantes do Plano Estadual de Cultura.

As discussões abordaram temas relacionados à valorização das culturas indígenas, afro-brasileiras, ribeirinhas e tradicionais, bem como à promoção da equidade racial, de gênero e da inclusão de pessoas com deficiência.

Também foram debatidas medidas destinadas à ampliação da acessibilidade nos equipamentos culturais, ao combate às discriminações e ao fortalecimento da representatividade dos diversos segmentos culturais nos espaços de participação e formulação das políticas públicas.

5.5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Os debates relacionados à economia criativa destacaram a cultura como importante vetor de desenvolvimento econômico, geração de trabalho e fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Foram analisadas propostas voltadas à qualificação profissional dos agentes culturais, ampliação dos mecanismos de financiamento, incentivo ao empreendedorismo criativo, fortalecimento do artesanato, circulação de produtos culturais e integração entre cultura, turismo e desenvolvimento regional.

A Comissão também reconheceu a necessidade de criação de mecanismos que assegurem maior sustentabilidade econômica aos trabalhadores da cultura, especialmente nos municípios do interior do Estado.

5.6 Direito às Artes e Linguagens Digitais

As discussões relacionadas às linguagens artísticas e à cultura digital evidenciaram a importância das tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento cultural contemporâneo.

Foram debatidas propostas voltadas à formação em mídias digitais, produção audiovisual, comunicação cultural, direitos autorais, inclusão digital e ampliação da difusão das produções culturais amazonenses.

Também foram discutidas iniciativas relacionadas à criação de plataformas digitais de divulgação cultural, digitalização de acervos, museus virtuais e utilização das tecnologias como instrumentos de democratização do acesso à cultura.

5.7 Temas Transversais Identificados

Além dos eixos estruturantes, a Comissão identificou temas que estiveram presentes em praticamente todas as reuniões e que se consolidaram como demandas prioritárias para o desenvolvimento cultural do Amazonas.

Entre eles destacam-se:

- Interiorização das políticas culturais;
- Formação e capacitação de agentes culturais;
- Ampliação do financiamento público da cultura;

- Fortalecimento dos sistemas municipais de cultura;
- Valorização dos patrimônios culturais e saberes tradicionais;
- Inclusão, acessibilidade e diversidade cultural;
- Produção de dados e informações culturais;
- Integração entre cultura, educação, turismo e desenvolvimento sustentável;
- Ampliação da participação social e do controle social das políticas públicas.

A recorrência desses temas ao longo dos debates demonstra sua relevância para os diferentes territórios culturais do Amazonas e reforça sua importância na construção das diretrizes que orientarão o Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

6. RESULTADOS ALCANÇADOS

A I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 representou um importante momento de construção coletiva, planejamento estratégico e fortalecimento da participação social na formulação das políticas públicas de cultura do Estado.

Ao longo de treze reuniões técnicas, a Comissão Especial de Estudos promoveu a análise, sistematização e consolidação das contribuições oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura, estabelecendo as bases técnicas necessárias para a elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Os trabalhos desenvolvidos permitiram alcançar resultados significativos, que servirão de referência para as etapas subsequentes de construção, validação e implementação do Plano.

6.1 Consolidação da Metodologia de Trabalho

Um dos principais resultados da I Etapa foi a definição e aplicação de uma metodologia de análise capaz de assegurar transparência, participação social e consistência técnica ao processo de elaboração do Plano.

A metodologia permitiu organizar as propostas por eixos temáticos, promover a compatibilização entre as contribuições municipais, estaduais e nacionais e estabelecer critérios objetivos para análise, consolidação e encaminhamento das propostas.

6.2 Sistematização das Propostas Municipais

A Comissão realizou o levantamento, análise e sistematização das 394 propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura realizadas em diversas regiões do Estado do Amazonas.

Esse trabalho possibilitou a identificação de demandas recorrentes, prioridades regionais e desafios comuns enfrentados pelos municípios, contribuindo para a construção de um diagnóstico participativo da realidade cultural amazonense.

6.3 Compatibilização com as Diretrizes Nacionais

Outro resultado relevante foi a compatibilização das propostas apresentadas pelos municípios amazonenses com as deliberações aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura e com os princípios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Cultura.

Esse processo garantiu maior alinhamento entre as políticas culturais estaduais e as diretrizes nacionais, fortalecendo a integração federativa e ampliando as possibilidades de cooperação institucional.

6.4 Consolidação dos Eixos Estruturantes

A Comissão concluiu a análise dos seis eixos estruturantes definidos para o Plano Estadual de Cultura:

- Institucionalização dos Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura;
- Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social;
- Identidade, Patrimônio e Memória;
- Diversidade Cultural, Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade;
- Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade;
- Direito às Artes e Linguagens Digitais.

A consolidação desses eixos permitiu estruturar de forma organizada as futuras diretrizes, objetivos, estratégias e metas do Plano Estadual de Cultura.

6.5 Fortalecimento da Participação Social

A I Etapa reafirmou a importância da participação social como elemento fundamental para a construção das políticas culturais.

As propostas analisadas foram resultado de processos participativos realizados nos municípios amazonenses, na Conferência Estadual de Cultura e na Conferência Nacional de Cultura, assegurando ampla representatividade das diferentes expressões culturais presentes no Estado.

Esse processo fortaleceu o diálogo entre poder público e sociedade civil e ampliou a legitimidade democrática do Plano Estadual de Cultura.

6.6 Construção da Base Técnica do Plano Estadual de Cultura

Ao final da etapa, a Comissão consolidou um conjunto de informações, propostas e referências técnicas que servirão de base para a elaboração do texto preliminar do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

Esse material constitui o principal produto da I Etapa e representa o resultado do esforço coletivo realizado pelos conselheiros, agentes culturais, gestores públicos e representantes da sociedade civil envolvidos no processo.

6.7 Preparação das Etapas Subsequentes

A conclusão da I Etapa permitiu criar as condições necessárias para o avanço dos trabalhos de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Os resultados alcançados subsidiarão as fases posteriores de consolidação técnica, consulta pública, validação institucional e elaboração do Anteprojeto de Lei que estabelecerá as diretrizes da política cultural do Estado para o período de 2025 a 2035.

Dessa forma, a I Etapa cumpriu integralmente seus objetivos, consolidando as bases metodológicas, técnicas e participativas indispensáveis para a construção de um Plano Estadual de Cultura representativo, democrático e alinhado às necessidades e potencialidades culturais do Amazonas.

7. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

A construção do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 foi orientada pelos princípios da gestão democrática, da participação social e da cooperação entre o poder público e a sociedade civil, fundamentos essenciais para o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura e para a consolidação das políticas culturais como políticas de Estado.

Desde sua concepção, o processo de elaboração do Plano buscou assegurar a ampla participação dos diversos segmentos culturais, respeitando a pluralidade de expressões artísticas, identidades culturais, territórios e modos de vida presentes no Amazonas.

A I Etapa dos trabalhos teve como principal referência as contribuições oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das deliberações aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura, garantindo que as propostas analisadas pela Comissão Especial refletissem as demandas efetivamente apresentadas pela sociedade.

7.1 O Papel das Conferências de Cultura

As conferências de cultura constituíram o principal instrumento de participação social utilizado no processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Por meio desses espaços democráticos, artistas, produtores culturais, gestores públicos, representantes de instituições culturais, povos indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores da cultura e demais agentes culturais puderam apresentar propostas, compartilhar experiências e contribuir para a construção das diretrizes que orientarão as políticas culturais do Estado.

As propostas consolidadas durante as conferências serviram como base para os trabalhos da Comissão Especial, assegurando que o Plano fosse construído a partir das demandas identificadas nos diferentes territórios culturais amazonenses.

7.2 Participação da Sociedade Civil

A atuação da sociedade civil foi elemento central para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Especial.

As contribuições apresentadas pelos diversos segmentos culturais permitiram ampliar a compreensão sobre as necessidades, desafios e potencialidades existentes nos municípios, fortalecendo o caráter participativo e representativo do processo de elaboração do Plano.

A diversidade de propostas analisadas demonstrou a riqueza cultural do Amazonas e evidenciou a importância de construir políticas públicas capazes de contemplar as múltiplas realidades presentes no território estadual.

7.3 Atuação do Conselho Estadual de Cultura

O Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC desempenhou papel estratégico na coordenação e acompanhamento do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura.

Por meio da Comissão Especial de Estudos, o Conselho promoveu a organização dos trabalhos, definiu procedimentos metodológicos, coordenou os debates técnicos e assegurou a observância dos princípios de transparência, participação social e controle democrático.

A atuação do CONEC reafirmou sua função como instância permanente de diálogo entre poder público e sociedade civil, contribuindo para o fortalecimento da governança cultural no Estado.

7.4 Construção Democrática do Plano Estadual de Cultura

A elaboração do Plano Estadual de Cultura foi pautada pelo compromisso com a construção coletiva das políticas públicas culturais.

Durante a I Etapa, a Comissão Especial buscou garantir que todas as propostas recebessem análise técnica adequada, promovendo a compatibilização das contribuições sem descaracterizar as deliberações aprovadas nos processos conferenciais.

Esse procedimento permitiu preservar a legitimidade das propostas apresentadas pela sociedade e assegurar que o Plano Estadual de Cultura refletisse os interesses coletivos da população amazonense.

A governança adotada durante os trabalhos demonstrou que o planejamento cultural somente alcança sua plena efetividade quando fundamentado no diálogo, na participação social e na corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil.

Dessa forma, a I Etapa consolidou não apenas um conjunto de propostas para o futuro da cultura amazonense, mas também um modelo de construção democrática baseado na escuta, na cooperação e no respeito à diversidade de vozes que compõem o cenário cultural do Amazonas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035 representou um importante marco para o fortalecimento da política cultural do Estado e para a consolidação dos mecanismos de participação social na formulação das políticas públicas de cultura.

Ao longo de treze reuniões técnicas, a Comissão Especial de Estudos promoveu um amplo processo de análise, sistematização e compatibilização das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura, assegurando que as contribuições da sociedade amazonense fossem consideradas na construção do Plano Estadual de Cultura.

Os trabalhos desenvolvidos permitiram identificar demandas recorrentes dos municípios, reconhecer desafios estruturais enfrentados pelo setor cultural e consolidar propostas voltadas ao fortalecimento institucional da cultura, à ampliação do acesso aos bens e serviços culturais, à valorização do patrimônio cultural, à promoção da diversidade, ao fortalecimento da economia criativa e à democratização das oportunidades de participação social.

A metodologia adotada pela Comissão garantiu rigor técnico, transparência e coerência na análise das propostas, possibilitando a construção de uma base sólida para a elaboração das diretrizes, objetivos, estratégias e metas que integrarão o Plano Estadual de Cultura do Amazonas para o período de 2025 a 2035.

Os resultados alcançados nesta etapa demonstram o compromisso do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas com a construção democrática das políticas culturais e com o fortalecimento dos instrumentos de planejamento cultural de longo prazo, indispensáveis para assegurar a continuidade, a efetividade e a sustentabilidade das ações culturais em todo o território estadual.

A I Etapa também evidenciou a importância da articulação entre Estado, municípios, agentes culturais, instituições públicas e sociedade civil, reafirmando que a construção de políticas culturais efetivas depende da participação ativa dos diversos atores que compõem o ecossistema cultural amazonense.

Concluída esta fase de organização metodológica e consolidação técnica, o processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura avança para as etapas subsequentes de aprofundamento das diretrizes, estruturação das metas e estratégias, consultas institucionais e aperfeiçoamento do texto-base que subsidiará a elaboração do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas.

Dessa forma, a I Etapa cumpriu integralmente seus objetivos, estabelecendo os fundamentos necessários para a construção de um Plano Estadual de Cultura representativo, participativo e comprometido com o desenvolvimento cultural sustentável do Amazonas, fortalecendo o papel da cultura como direito fundamental, instrumento de cidadania e vetor estratégico para o desenvolvimento social, econômico e humano do Estado.

9. CONCLUSÃO

A realização da I Etapa dos trabalhos da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura representou um importante marco para a construção participativa das políticas culturais do Estado do Amazonas.

Ao longo de treze reuniões técnicas, foram analisadas, debatidas e consolidadas propostas oriundas dos diversos municípios amazonenses, refletindo a pluralidade cultural, territorial e social que caracteriza o Estado. O processo possibilitou não apenas a sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade, mas também a construção de consensos capazes de orientar a formulação de estratégias voltadas ao fortalecimento da cultura como instrumento de desenvolvimento humano, inclusão social, geração de renda, preservação da memória e promoção da cidadania.

Os debates evidenciaram desafios históricos relacionados à democratização do acesso à cultura, à interiorização das políticas públicas, ao fortalecimento dos sistemas municipais de cultura, à valorização do patrimônio cultural, à promoção da diversidade, à ampliação dos mecanismos de financiamento e ao reconhecimento da economia criativa como vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável do Amazonas.

Ao mesmo tempo, a Comissão identificou oportunidades para a construção de uma política cultural mais integrada, participativa e conectada às transformações sociais e tecnológicas da contemporaneidade, reafirmando a importância da cultura como elemento estruturante da identidade amazonense e como direito fundamental assegurado a toda a população.

Os resultados desta etapa constituem a base técnica e conceitual que orientará as fases subsequentes de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas 2025–2035, especialmente no que se refere à consolidação das diretrizes, objetivos, estratégias e metas que integrarão o anteprojeto de lei a ser submetido às instâncias competentes.

Por fim, o Conselho Estadual de Cultura do Amazonas registra seu reconhecimento e agradecimento a todos os conselheiros, representantes da sociedade civil, gestores públicos, especialistas, instituições parceiras e agentes culturais que contribuíram para este processo de construção coletiva.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

A participação de cada município, de cada segmento cultural e de cada cidadão reafirma que a cultura amazonense é resultado da diversidade de seus povos, territórios, memórias e saberes. É a partir dessa riqueza cultural que se projeta um futuro em que a cultura seja cada vez mais reconhecida como direito, patrimônio, oportunidade e instrumento de desenvolvimento para todas e todos.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

ANEXOS

www.amazonas.am.gov.br
twitter.com/GovernodoAM
youtube.com/governodoamazonas
facebook.com/governodoamazonas

Av. Sete de Setembro, 1546 –
Centro, Manaus – AM, 69020-125

 **FUNDO ESTADUAL DE
CULTURA**

ANEXO I

PORTARIA INTERNA CONEC Nº 01, DE 03 DE JULHO DE 2024

Nomeia integrantes da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura para análise das propostas aprovadas na plenária final da III Conferência Estadual de Cultura para o Plano Estadual de Cultura.

O Presidente do Conselho Estadual de Cultura – CONEC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º, art. 5º da Lei nº 5.418, de 17 de março de 2021 e pelos arts. 15 e 19, inciso VIII, do Regimento Interno do CONEC;

CONSIDERANDO a proposição apresentada na 28ª Sessão Plenária Ordinária deste Conselho, ocorrida em 5 de junho de 2024, solicitando a criação de uma Comissão Especial para avaliar as propostas aprovadas na plenária final da 3ª Conferência Estadual de Cultura do Amazonas – 3ª CEC, ocorrida no período de 21 a 23 de janeiro de 2024, quanto às suas especificidades e transversalidades;

CONSIDERANDO a necessidade de se estruturar a minuta do anteprojeto de lei do Plano Estadual de Cultura para sua propositura;

CONSIDERANDO o que determina o art. 58, § 2º, do Regimento Interno do CONEC;

CONSIDERANDO que foi atendida a determinação do art. 64, § 2º, do Regimento Interno do CONEC;

RESOLVE:

Art. 1º Criar a COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA visando analisar as propostas aprovadas na plenária final da III Conferência Estadual de Cultura quanto às suas especificidades e transversalidades e estruturar a minuta do anteprojeto de lei do Plano Estadual de Cultura.

Art. 2º Nomear para compor a Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura os seguintes membros:

I – Representantes da Sociedade Civil:

- Pedro Henrique Secatti Cacheado – Audiovisual;
- Álvaro Serrão Monteiro – Literatura;



- Dudson Campos Carvalho – Artes Visuais e Novas Mídias;
- Elson Silva da Rocha – Folclore e Carnaval;
- Jordania Damasceno Galdino – Teatro;
- Lucimar Bezerra Marques – Cultura Popular de Matriz Ibérica;
- Ludimar Nunes Gonçalves – Cultura Indígena;
- Marcos André Durand Pereira – Dança;
- Mencius Benavrahan Melo Figueiredo – Música;
- Vanderley Pinheiro – Circo;
- Wellisson Brito Batista – Cultura Afrodescendente.

II – Representantes do Poder Público:

- Bjarne Lima Furtado – SEDUC;
- Cristina Helena Maia de Oliveira – SEFAZ;
- Emmanuelle Pampolha – AMAZONASTUR;
- Érica dos Santos Nascimento Cintra – SUFRAMA;
- Maick José Soares Tavares – FESCAM;
- Priscila Sena de Souza – AFEAM;
- Roberto Sá Gomes – ALEAM;
- Rosy Cleia da Silva Seixas – SEJUSC;
- Wellington Douglas dos Santos Dias – UEA.

Parágrafo único. Atuará em caráter consultivo e de assessoramento, sem direito a voto, o servidor Thiago Hermido da Silva, Assessor-Chefe de Políticas Culturais da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

Art. 3º A presente nomeação é feita sem prejuízo das demais atribuições dos integrantes, não fazendo jus a qualquer gratificação ou vantagem adicional, sendo considerada de relevante interesse público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO
Presidente do Conselho Estadual de Cultura
Gestor do Fundo Estadual de Cultura

(*) Republicada por ter saído com incorreções na identificação da Comissão disponibilizada em 04 de julho de 2024 no Portal do Conselho Estadual de Cultura.

ANEXO II

**CRONOGRAMA DA I ETAPA DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL
DE CULTURA DO AMAZONAS – PEC 2025–2035**

Período de Execução

29 de agosto de 2024 a 27 de setembro de 2024

A I Etapa dos trabalhos da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura teve como objetivo a análise, sistematização e consolidação das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura.

1ª Reunião – 29/08/2024

Tema Principal: Apresentação da Metodologia, cronograma e organização dos Trabalhos –

Resultado: Instituição da metodologia e definição dos procedimentos de análise

2ª Reunião – 03/09/2024

Tema Principal: Início da análise das propostas municipais

Resultado: Organização e compatibilização inicial das propostas

3ª Reunião – 10/09/2024

Tema Principal: Consolidação e agrupamento das propostas

Resultado: Sistematização temática das contribuições

4ª Reunião – 10/09/2024

Tema Principal: Diversidade Cultural, Gênero, Raça e Acessibilidade

Resultado: Consolidação inicial das diretrizes de inclusão e diversidade

5ª Reunião – 11/09/2024

Temas Principal: Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social

Resultado: Consolidação das propostas relacionadas à participação social

6ª Reunião – 12/09/2024

Tema Principal: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Resultado: Início da consolidação das propostas econômicas e produtivas da cultura



7 Reunião – 12/09/2024

Tema Principal: Diversidade Cultural, Representatividade e Inclusão

Resultado: Ampliação das diretrizes de diversidade cultural e acessibilidade

8ª Reunião – 16/09/2024

Tema Principal: Economia Criativa, Formação e Sustentabilidade Cultural

Resultado: Consolidação das estratégias de desenvolvimento econômico da cultura

9ª Reunião 17/09/2024

Tema Principal: Direito às Artes e Linguagens Digitais

Resultado: Início da análise das propostas relacionadas à cultura digital

10ª Reunião – 19/09/2024

Tema Principal: Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social

Resultado: Consolidação das diretrizes de acesso, participação e interiorização

11ª Reunião 24/09/2024

Tema Principal: Direito às Artes e Linguagens Digitais

Resultado: Encerramento das discussões do Eixo 6

12ª Reunião – 24/09/2024

Tema Principal: Identidade, Patrimônio e Memória

Resultado: Início da consolidação das propostas patrimoniais

13ª Reunião – 27/09/2024

Tema Principal: Identidade, Patrimônio e Memória

Resultado: Encerramento da I Etapa e consolidação final das propostas

Síntese da I Etapa

Durante o período de execução da I Etapa foram realizadas:

- 13 reuniões técnicas;
- Análise das propostas oriundas dos municípios amazonenses participantes das Conferências Municipais de Cultura;
- Estudo das deliberações da 3ª Conferência Estadual de Cultura;
- Compatibilização com as diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura;
- Organização das propostas em seis eixos estruturantes;
- Consolidação das bases técnicas para elaboração do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

Eixos Estruturantes Trabalhados

1. Institucionalização dos Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura;
2. Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social;
3. Identidade, Patrimônio e Memória;
4. Diversidade Cultural, Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade;
5. Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade;
6. Direito às Artes e Linguagens Digitais.

Ao término da I Etapa, a Comissão Especial concluiu a análise e consolidação das propostas recebidas, estabelecendo as bases metodológicas e técnicas para o desenvolvimento das etapas subsequentes de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

ANEXO III

RELAÇÃO DAS REUNIÕES REALIZADAS

Durante a I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, a Comissão Especial de Estudos realizou treze reuniões técnicas destinadas à análise, sistematização e consolidação das propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura, da 3ª Conferência Estadual de Cultura e das diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Relação das Reuniões

- 1ª Reunião Instrutiva – 29/08/2024
- 2ª Reunião Técnica - 03/09/2024
- 3ª Reunião Técnica - 10/09/2024
- 4ª Reunião Técnica - 10/09/2024
- 5ª Reunião Técnica - 11/09/2024
- 6ª Reunião Técnica - 12/09/2024
- 7ª Reunião Técnica - 12/09/2024
- 8ª Reunião Técnica - 16/09/2024
- 9ª Reunião Técnica - 17/09/2024
- 10ª Reunião Técnica - 19/09/2024
- 11ª Reunião Técnica - 24/09/2024
- 12ª Reunião Técnica - 24/09/2024
- 13ª Reunião Técnica - 27/09/2024

Total de reuniões realizadas: 13.

ANEXO IV

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

No decorrer da I Etapa, foram analisadas propostas oriundas das Conferências Municipais de Cultura realizadas em diversos municípios do Estado do Amazonas, contemplando diferentes territórios culturais e realidades regionais.

Municípios com Propostas Analisadas

- Autazes
- Barreirinha
- Benjamin Constant
- Boa Vista do Ramos
- Boca do Acre
- Borba
- Caapiranga
- Canutama
- Careiro Castanho
- Envira
- Humaitá
- Itacoatiara
- Itapiranga
- Lábrea
- Manaquiri
- Manacapuru
- Manaus
- Marã
- Maués
- Nhamundá
- Novo Airão



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

- Parintins
- Presidente Figueiredo
- Rio Preto da Eva
- Santo Antônio do Içá
- São Gabriel da Cachoeira
- São Sebastião do Uatumã
- Tonantins
- Uarini
- Urucurituba

As propostas apresentadas pelos municípios foram sistematizadas, compatibilizadas e analisadas pela Comissão Especial de Estudos, observando os princípios do Sistema Nacional de Cultura e as diretrizes definidas para o Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

A diversidade territorial representada pelas contribuições municipais permitiu que o processo de construção do Plano refletisse as múltiplas identidades culturais presentes nas diferentes regiões do Estado.

ANEXO V

ACERVO DOCUMENTAL DA I ETAPA

Para garantir a transparência, a rastreabilidade e a legitimidade do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, foi constituído acervo documental composto pelos registros produzidos durante a I Etapa dos trabalhos da Comissão Especial de Estudos.

Documentos Integrantes do Acervo:

Instrumentos Normativos

- Portaria CONEC nº 01/2024 – Instituição da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura.
- Atos administrativos relacionados ao desenvolvimento dos trabalhos.

Registros das Reuniões

- Atas da 1ª à 13ª Reunião da Comissão Especial.
- Listas de presença.
- Convocações e comunicações oficiais.

Documentos de Referência

- Plano Nacional de Cultura.
- Deliberações da 4ª Conferência Nacional de Cultura.
- Relatório Final da 3ª Conferência Estadual de Cultura.
- Relatórios das Conferências Municipais de Cultura.

Documentos Técnicos Produzidos

- Planilhas de sistematização das propostas.
- Quadros comparativos de compatibilização.
- Relatórios técnicos de consolidação.
- Minutas preliminares do Plano Estadual de Cultura.

Registros Complementares

- Apresentações utilizadas durante as reuniões.

- Materiais de apoio técnico.
- Registros fotográficos, quando existentes.
- Correspondências institucionais relacionadas ao processo.

Finalidade do Acervo

O acervo documental constitui a memória institucional da I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035, permitindo a consulta pública, o acompanhamento dos trabalhos realizados e a preservação do histórico de construção participativa das políticas culturais do Estado.

Todo o material produzido servirá de referência para as etapas subsequentes de elaboração, consulta pública, validação institucional e tramitação legislativa do Plano Estadual de Cultura.

ANEXO VI

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA

1. Instituição

A Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura foi instituída por meio da **Portaria Interna CONEC nº 01, de 03 de julho de 2024**, aprovada no âmbito do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas – CONEC, em atendimento à deliberação da 28ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho.

A criação da Comissão teve como finalidade promover a análise das propostas aprovadas na plenária final da III Conferência Estadual de Cultura do Amazonas, considerando suas especificidades e transversalidades, bem como estruturar a minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

2. Finalidade

A Comissão Especial de Estudos foi constituída para coordenar os trabalhos preparatórios necessários à elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas, atuando como instância técnica responsável pela consolidação das contribuições oriundas do processo conferencial e pela organização das bases estruturantes do Plano.

Seu trabalho buscou assegurar que as propostas apresentadas pela sociedade amazonense fossem analisadas, sistematizadas e incorporadas ao processo de planejamento cultural do Estado de forma transparente, democrática e participativa.

3. Competências

Nos termos da Portaria Interna CONEC nº 01/2024, competiu à Comissão Especial de Estudos:

I – Analisar as propostas aprovadas na III Conferência Estadual de Cultura

Promover a análise técnica das propostas aprovadas durante a plenária final da III Conferência Estadual de Cultura do Amazonas, considerando sua pertinência, abrangência e aplicabilidade no contexto das políticas públicas culturais estaduais.

II – Avaliar as especificidades e transversalidades das propostas

Examinar as interfaces existentes entre os diferentes segmentos culturais, áreas temáticas e políticas públicas correlatas, visando garantir a integração das ações propostas para o desenvolvimento cultural do Estado.

III – Estruturar a minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura

Organizar e consolidar as propostas analisadas, transformando-as em diretrizes, objetivos, estratégias e ações aptas a compor o Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Cultura do Amazonas.

IV – Subsidiar tecnicamente a construção do Plano Estadual de Cultura

Produzir estudos, análises e documentos técnicos necessários à elaboração do Plano Estadual de Cultura, observando os princípios do Sistema Nacional de Cultura e as deliberações aprovadas nos processos conferenciais.

4. Composição da Comissão Especial de Estudos

4.1 Representantes da Sociedade Civil:

- Pedro Henrique Secatti Cacheado - Audiovisual
- Álvaro Serrão Monteiro - Literatura
- Dudson Campos Carvalho - Artes Visuais e Novas Mídias
- Elson Silva da Rocha - Folclore e Carnaval
- Jordania Damasceno Galdino - Teatro
- Lucimar Bezerra Marques - Cultura Popular de Matriz Ibérica
- Ludimar Nunes Gonçalves - Cultura Indígena
- Marcos André Durand Pereira - Dança
- Menciús Benavrahan Melo Figueiredo Música

- Vanderley Pinheiro Circo
- Wellisson Brito Batista - Cultura Afrodescendente

4.2 Representantes do Poder Público

- Bjarne Lima Furtado - SEDUC
- Cristina Helena Maia de Oliveira - SEFAZ
- Emmanuelle Pampolha - AMAZONASTUR
- Érica dos S. Nascimento Cintra - SUFRAMA
- Maick José Soares Tavares – FESCAM
- Priscila Sena de Souza - AFEAM
- Roberto Sá Gomes - ALEAM
- Rosy Cleia da Silva Seixas - SEJUSC
- Wellington Douglas dos S. Dias - UEA

5. Consultoria Técnica

Conforme disposto na Portaria Interna CONEC nº 01/2024, foi designado para atuar em caráter consultivo e de assessoramento, sem direito a voto, o servidor: **Thiago Hermido da Silva**, *Assessor-Chefe de Políticas Culturais da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa*.

6. Reconhecimento Institucional

O Conselho Estadual de Cultura do Amazonas registra seu reconhecimento aos membros da Comissão Especial de Estudos do Plano Estadual de Cultura pelo compromisso, dedicação e contribuição técnica prestados durante a I Etapa de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Amazonas – PEC 2025–2035.

O trabalho desenvolvido pela Comissão constituiu importante instrumento de fortalecimento da participação social, da governança cultural e da construção democrática das políticas públicas de cultura no Estado do Amazonas.